

Fundos setoriais e as ciências humanas e sociais

**A importância de financiar a produção
de conhecimento**

Academia Brasileira de Ciências

Fundada em 3 de maio de 1916, a Academia Brasileira de Ciências (ABC) completou, em 2021, 105 anos. Foi criada por um grupo de pesquisadores da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, com o objetivo de reconhecer o mérito científico de grandes pesquisadores brasileiros e contribuir para a promoção do desenvolvimento da ciência e da educação.

A ABC entende que a capacidade que os países têm de produzir conhecimento e aplicá-lo em desenvolvimento socioeconômico separa as nações pobres das desenvolvidas. Nesses 105 anos, a ABC consagrou-se como defensora da ciência, da educação e da inovação como eixos estruturantes para o desenvolvimento do Brasil. A Academia considera que a ciência e a comunidade científica devem ser um elo de aproximação tanto entre os povos do mundo quanto entre as regiões do nosso país, que devem ter capacidade e competência suficiente em CT&I para promover, com autonomia, seu desenvolvimento social e econômico.

A ABC contribui com o estudo de temas de primeira importância para a sociedade e a proposição de políticas públicas com forte embasamento científico, principalmente nas áreas de educação, saúde, meio ambiente e novas tecnologias. É nesse sentido que trabalhamos e dedicamos todo o nosso empenho há mais de um século.

Luiz Davidovich
Presidente da Academia Brasileira de Ciências

Presidente

Luiz Davidovich

Vice-Presidente

Helena Bonciani Nader

Vice-Presidentes Regionais

Adalberto Luis Val - *Norte*

Jailson Bittencourt de Andrade - *NE & ES*

Mauro Martins Teixeira - *MG & CO*

Lucia Mendonça Previato - *RJ*

Glaucius Oliva - *SP*

João Batista Calixto - *Sul*

Diretores

Elibio Leopoldo Rech Filho

Francisco Rafael Martins Laurindo

Marcia Cristina Bernardes Barbosa

Ruben George Oliven

Virgilio Augusto Fernandes Almeida

Grupo Núcleo

Jailson Bittencourt de Andrade (coord.)

Helena Bonciani Nader

Adalberto Luis Val

Ado Jório de Vasconcelos

Alvaro Toubes Prata

Ruben George Oliven

Wanderley de Souza

Oswaldo Alves (in memoriam)

Grupo de Redação

Adalberto Fazzio

Adalberto Luis Val

Ado Jório de Vasconcelos

Alicia Juliana Kowaltowski

Alvaro Toubes Prata

Antonio Gomes de Souza Filho

Edson Watanabe

Elibio Leopoldo Rech Filho

Elisa Maria da Conceição Pereira Reis

Gianna Sagazzio

Glaucius Oliva

Helena Bonciani Nader

Jailson Bittencourt de Andrade

Manoel Barral Netto

Marcelo Torres Bozza

Marcia Cristina Bernardes Barbosa

Mariangela Hungria da Cunha

Nadya Araujo Guimarães

Oswaldo Luiz Alves (in memoriam)

Paulo Arruda

Roberto Kant de Lima

Ruben George Oliven

Wanderley de Souza

Líderes temáticos

Elisa Maria da Conceição Pereira Reis

Nadya Araujo Guimarães

Roberto Kant de Lima

Ruben George Oliven (coord.)

Para enfrentar os desafios que se colocam diante do Brasil e poder criar programas que tenham resultados eficazes, é preciso compreender a dinâmica de nossa sociedade. Isso requer pesquisas desenvolvidas por cientistas sociais visando captar as diferentes facetas de uma realidade que é complexa e multifacetada.

Diferentemente de outras ciências, o campo de humanas e sociais não conta com um fundo setorial exclusivo ([DE ANDRADE, 2021]). No entanto, é possível identificar oportunidades de financiamento em fundos dedicados às demais áreas do conhecimento. Neste contexto, é importante que existam programas transversais com espaço para temas das humanidades. Listamos, abaixo, alguns eixos temáticos que consideramos de financiamento prioritário.

I – Eixos Temáticos Prioritários

1) Desigualdades, pobreza e trabalho

O Brasil é um dos países com pior distribuição de renda do mundo. Há vários fatores que contribuem para isso: entre eles estão os baixos salários e uma matriz tributária regressiva. Ao excluir uma grande parcela da população da riqueza gerada pela sociedade, a pobreza não é apenas uma questão ética, mas cívica e econômica. Para que o crescimento do país seja possível, é preciso que mais pessoas integrem o processo produtivo. Assim, elas se tornam capazes de obter renda para adquirir bens, acessar serviços de educação de qualidade e ter uma melhor inserção no mercado, impulsionando a economia nacional.

Hoje, vivemos uma realidade laboral complexa. O mundo do trabalho se transforma rapidamente com processos como automação, trabalho à distância e a substituição de empregos formais por trabalhos temporários. Neste sentido, a atividade de pesquisa é crucial para entender as dinâmicas de exclusão e os novos desafios da inclusão produtiva.



Tornou-se urgente desenvolver pesquisas que gerem conhecimentos para a erradicação da pobreza. Os saberes produzidos acerca do assunto devem esclarecer os processos que levam novos grupos à vulnerabilidade, bem como potencializar possíveis soluções. Exemplos são as políticas de transferência de renda, as novas alternativas de trabalho e os mecanismos de aumento de produtividade.

As desigualdades não se restringem às classes sociais, tendo efeitos também nas diferenças de gênero. Com a presença feminina crescente no mercado de trabalho, é necessário implementar políticas públicas voltadas ao combate dessa desigualdade. Isso também vale para o ambiente doméstico. Com histórico amplo no Brasil e agravamento durante a pandemia, a violência doméstica tornou-se uma questão crucial no país — e impõe soluções que viabilizem a administração adequada de conflitos.

2) Saúde, infância, juventude, envelhecimento, cuidados e gênero

Há 50 anos, mais da metade da população brasileira tinha menos de 18 anos de idade. Hoje, com o crescimento da expectativa de vida, esse quadro se modificou: temos uma parcela maior de idosos, e que crescerá rapidamente.

Como se sabe, a população idosa tem demandas específicas e relevantes. A necessidade de atendimento médico e de outros cuidados desafia os sistemas públicos de saúde e de assistência social. Investigar e dimensionar esse novo contexto é essencial para o planejamento e o atendimento das demandas futuras.

Ao mesmo tempo, o universo da infância e da adolescência precisa ser pesquisado para possibilitar sua plena inserção na sociedade. Para todas as gerações, a questão da saúde mental tornou-se ainda mais relevante com o isolamento e as mortes ocasionados pela pandemia: há todo um universo de pesquisas a ser desenvolvido nesta e em outras áreas.



3) Cidades, cidadania, justiça, conflitos, violência e segurança

Atualmente, cerca de 85% da população brasileira é urbana. A malha urbana brasileira é complexa: contamos com duas megalópoles e 15 cidades com mais de um milhão de habitantes. Esses espaços têm sérios problemas de habitação e de saneamento, o que impacta diretamente na saúde e bem-estar dos cidadãos.

Parte considerável da população vive situações degradantes como o desemprego, as precárias condições físicas de suas habitações, a violência, o poder das milícias organizadas, o despreparo da polícia em lidar com pobres e negros. Todo esse cenário revela a dificuldade que ainda temos para tratar a população de baixa renda de forma equitativa, assegurando-lhe o direito de acessar a justiça e por ela ser protegida independentemente de sua condição socioeconômica e localização residencial.



4) Educação e inclusão digital

Educação é um fator fundamental na redução das desigualdades: por meio dela, preparamos crianças e jovens para um mundo cívico e igualitário. Apenas com o amplo acesso a uma boa formação é possível alavancar o mercado e gerar crescimento econômico ao país. Dessa forma, é preciso investir em todos os níveis educacionais.

No que diz respeito à ciência, o financiamento das universidades públicas — instituições que concentram a maior parte das atividades de pesquisa — precisa ser retomado e ter sua continuidade assegurada. Temos visto uma crescente fuga de cérebros, notadamente na geração de jovens cientistas formados em universidades brasileiras. A construção de perspectivas para novos pesquisadores é essencial para a retenção de talentos, especialmente em um momento em que a ciência e a inovação se tornam centrais.

Além disso, o avanço tecnológico impõe um desafio: com um mundo cada vez mais informatizado, a exclusão digital impede o acesso da população de menor renda a informações necessárias, pessoalmente e profissionalmente. É preciso que a ciência se atente ao efeito das tecnologias sobre as diversas dinâmicas sociais, refletindo sobre como as ferramentas digitais podem se tornar um mecanismo de controle e de poder capazes de afetar o exercício da cidadania.

5) *Diversidade étnica e racismo*

Além da reconhecida riqueza natural do Brasil, o país é marcado por uma grande diversidade racial. Este patrimônio foi formado ao longo de nossa história, com a contribuição de todos os grupos e etnias que se estabeleceram no Brasil, compreendendo indígenas, afrodescendentes e os descendentes de imigrantes europeus e asiáticos. É preciso estudar esta riqueza e permitir que ela floresça.

Atualmente, o Brasil vive o despertar de uma consciência em relação às desigualdades raciais. Apesar dos afrodescendentes representarem mais da metade da população brasileira, o grupo ainda tem os piores índices de mortalidade infantil, expectativa de vida, escolaridade e renda, entre outros. Políticas de ação afirmativa têm procurado corrigir essa situação.

Da mesma forma, os povos indígenas que vivem no Brasil não têm tido demarcadas as terras que a Constituição lhes destina, sofrendo invasões frequentes. Estes povos também são desassistidos em termos de saúde, o que se tornou dramático com a pandemia.



6) *Diversidade cultural e regional*

O Brasil tem uma imensa riqueza cultural que se manifesta em diferentes expressões. Nossa música, nossas danças, o carnaval, nossa literatura e nosso cinema são algumas das manifestações que mostram a vitalidade cultural brasileira, que é internacionalmente reconhecida. Além de fazer parte da identidade brasileira, essas expressões artísticas movimentam a indústria cultural, gerando empregos, consumo e renda. Neste sentido, é importante retomar e ampliar o financiamento de pesquisas sobre essas temáticas. Destaca-se a relevância de pensar a produção de conhecimento científico desse campo a partir das diferentes regiões brasileiras, visto que o país tem dimensão continental.



II – Fortalecimento e Atualização de Recursos Bibliográficos

Uma característica fundamental para a produção científica na área de ciências humanas e sociais é a necessidade de acesso a livros e periódicos científicos. Quando comparadas à estrutura de países desenvolvidos, as bibliotecas das universidades e centros de pesquisa brasileiros são insuficientes — e carecem de fortalecimento e atualização. Neste quesito, é preciso um financiamento maciço. Isto poderia ser feito por meio de editais específicos do CT-INFRA. Uma iniciativa ideal, no entanto, seria a criação de um sistema nacional semelhante ao Portal de Periódicos da CAPES, visto que a maioria das publicações tem formato eletrônico.



Bibliotecas devem ocupar um lugar central em universidades e centros de pesquisa. Elas não podem ser vistas como depósitos de livros e periódicos, mas espaços de interação entre pesquisadores, professores e estudantes.

III – Financiamento de Periódicos Científicos

No Brasil, a grande maioria dos periódicos científicos são de acesso gratuito — o que não ocorre, por exemplo, nos Estados Unidos ou em países europeus. Esse fato é relevante para a divulgação científica brasileira. No entanto, uma série de periódicos **tem encerrado suas** atividades por falta de recursos. Para manter a continuidade das revistas, é preciso desenvolver programas mais robustos do que os existentes.

IV – Recursos para Pesquisas de Âmbito Nacional

As ciências humanas e sociais se beneficiam do desenvolvimento de pesquisas comparativas em âmbito nacional. Investigações desse tipo exigem o estabelecimento de redes de pesquisadores e a contratação de auxiliares de pesquisa e entrevistadores para a coleta de dados em grande escala. Assim, é necessário que os cientistas da área tenham acesso a editais com recursos suficientes para a execução de estudos dessa natureza.

Referência bibliográfica

- DE ANDRADE, Jailson Bittencourt (coord.). **Você sabe o que é o FNDCT? E os Fundos Setoriais?** Saiba mais sobre os fundos criados para garantir que a ciência, a tecnologia e a inovação tenham recursos para o desenvolvimento do Brasil. 1.0. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Ciências, Setembro 2021. Disponível em: <http://www.abc.org.br/wp-content/uploads/2021/09/Revista-Voce%CC%82-sabe-o-que-e%CC%81-o-FNDCT-e-os-Fundos-Setoriais-ABC-2021-1.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2021.

Fotos extraídas dos portais <http://fotospublicas.com/> e <https://unsplash.com/>:

p.3- Edilson Rodrigues/Agência Senado; p.4- Comunicação do MST; p.5- Rasmus Bang; p.6- Priscilla Du Preez; p.6- Deb Dowd; p.7- Ferran Feixas; p.7- Ivo Gonçalves/PMPA ; p.7- Marcello Casal Jr/Agência Brasil e p.8 - Zaini Izzuddin.

Assessoria

Fernando Carlos Azeredo Verissimo

Projeto gráfico e diagramação

Pedro Armando Santoro Dantas

Revisão editorial

Murilo Bomfim



Rua Anfilóbio de Carvalho, nº29 - 3ºandar
Rio de Janeiro, RJ - Brasil
Tel.: +55 21 3907 . 8100

abc@abc.org.br | www.abc.org.br



#ABCiências | #TodosPelaCiência